



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DO CAI

PARECER JURÍDICO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004/2021 – TERMO DE FOMENTO N.º 003/2021

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, na forma do artigo 35, inciso VI e § 2º, da Lei n.º 13.019/2014, o presente procedimento administrativo que tem por objetivo a formalização de termo de colaboração entre o Município de São Sebastião do Caí e a Associação Evangélica Imperial de Novo Hamburgo (ABEFI) – Casa Lar São Sebastião, entidade sem fins lucrativos.

É o relatório. A seguir, o parecer.

O Parecer Jurídico em Procedimentos Licitatórios cumpre a função de apurar a legalidade do procedimento administrativo, assim como os pressupostos legais de contratação, isto é, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo oriundo da parceria com o sistema jurídico vigente.

A legislação pátria estabelece que as parcerias dar-se-ão por meio de processo de chamamento público, com exceção das regras de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos artigos 30 e 31 da Lei n.º 13.019/2014.

De acordo com o artigo 31, inciso II, da Lei das Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, é inexigível a licitação quando a parceria decorrer de transferência de recursos para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei.

No presente caso, a Lei Municipal n. 4.294, de 06 de abril de 2021, autoriza a celebração de parceria com a Associação Evangélica Imperial de Novo Hamburgo (ABEFI) – Casa Lar São Sebastião, no montante mensal de até R\$ 43.977,20 (quarenta e três mil e novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos), *in verbis*:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parceira, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014, com a Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial de Novo Hamburgo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 91.695.577/0008-97, com sede social na Rua Padre João Wagner, nº 622, Bairro Chapadão, neste Município, para o exercício de 2021, no montante de R\$ 43.977,20 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos), no período compreendido entre 01/04/2021 até 31/12/2021.

Além da legislação autorizadora, verifica-se a inviabilidade de competição, vez que a Associação Evangélica Imperial de Novo Hamburgo (ABEFI) – Casa Lar São Sebastião é a única entidade local que



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DO CAI

presta os serviços essenciais à comunidade. A entidade tem por objetivo resguardar os direitos de crianças e adolescentes retirados do ambiente familiar por meio do acolhimento institucional destes menores em situação de vulnerabilidade.

A Organização da Sociedade Civil estabeleceu neste Município entidade com o fim de garantir acolhimento institucional, na modalidade Casa Lar, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva, abandono familiar ou em razão da impossibilidade em permanecer no seio da sua família consangüínea, desde 2018.

A Casa Lar São Sebastião foi estabelecida no Município de São Sebastião do Caí após decisão judicial que determinou à Administração Pública a criação de local para abrigo dos menores em situação de vulnerabilidade familiar e social.

O Plano de Trabalho, que cita as principais atividades a serem desenvolvidas pela entidade através da parceria com o ente público municipal, foi aprovado pela Comissão de Seleção nomeada pela Portaria n.º 112/2021, conforme se identifica na ATA anexa.

Logo, presume-se que há relação intrínseca entre o projeto apresentado e os interesses da Administração Pública Municipal. Há, portanto, identidade e reciprocidade de vontades, permitindo a parceria com o fim de atender os interesses das crianças e adolescentes residentes no Município, especialmente aqueles descritos no Plano de Trabalho.

A minuta do termo de colaboração está de acordo com os requisitos legais inseridos no artigo 42 da Lei n.º 13.019/2021, devendo para a celebração da parceria serem aportados aos autos os documentos elencados no artigo 34 da referida Lei.

Ante o exposto, esta assistente jurídica, diante do que foi apresentado, manifesta-se pela possibilidade de formalização do termo de colaboração por meio de inexigibilidade de licitação, apontado sobre a necessidade acerca da observação dos requisitos legais e publicação dos atos provenientes deste procedimento administrativo.

São Sebastião do Caí/ RS, 05 de abril de 2021.

FRANCIELE SIMON SIMSEN,

Assistente Jurídica,

OAB/RS n.º 105.710